

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO**  
2 **PRETO – SP, REALIZADA NO DIA DEZ DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.** Aos dez dias do  
3 mês de maio de dois mil e vinte e dois, na sede do Conselho Municipal de Saúde, teve início a  
4 Reunião Ordinária presencial às 18h00 – do Conselho Municipal de Saúde, sob a coordenação  
5 do Presidente deste Conselho, Antonio Fernando de Araujo, e na presença da Equipe Técnica,  
6 deu-se início a Reunião Ordinária com os conselheiros titulares e suplentes presentes, e com  
7 os seguintes informes: **INFORME I.** Informes da Mesa Diretora - Antonio Fernando de Arauj, I  
8 Ampliação dos leitos hospitalares no município de São José do Rio Preto veiculada na mídia  
9 local jornal Diário da Região no dia 07/05/2022. Antonio Fernando Araujo expõe a posição do  
10 CMS que 26 leitos de enfermaria na Santa Casa foram aprovados em Reunião Extraordinária de  
11 03/05/22; 10 leitos de UTI Adulto Tipo II aprovados em Reunião Ordinária de 12/04/2022  
12 (Portaria GM/MS nº 220 de 27 de Janeiro de 2022), com efeitos a partir de 01/04/2022.  
13 Ederval José de Souza explica que o prefeito aproveitou uma oportunidade da coletiva de  
14 imprensa para falar dos leitos já contratados no passado. Porém, Antonio Fernando acredita  
15 que não vem ao caso tratar de leitos já adquiridos em coletivas, pois estes não solucionam o  
16 problema atual. Antonio Fernando continua expondo que também foi veiculado que serão  
17 abertos leitos de enfermaria na UBSF Fraternidade seriam leitos sem financiamento imediato  
18 mantidos com FONTE 1 (previsão de custo de cerca 400.000,00/mês) e com a utilização de  
19 unidade de Atenção Básica para instalação de leitos de internação, leitos estes sem  
20 resolutividade aos usuários que necessitam de avaliação hospitalar, que em tese teriam a  
21 mesma finalidade de uma UPA. Informa que as reclamações das UPAs só vem crescendo e que  
22 o conselho e os conselheiros tem que desempenhar seu papel social. Ederval justifica a  
23 ausência do secretário e diz que as ações da SMS tem a intenção de amenizar os problemas.  
24 Os pacientes que forem transferidos para a UBS Fraternidade teriam “prioridade” de ingresso  
25 no HB, portanto essa ação tem parceria como HB, afirma. Antonio Fernando insiste que se  
26 trata de um remanejamento e que o Estado/DRS deveria arcar com esses leitos e não o  
27 município. Mara Cristina acredita sem uma solução sensata a criação de leitos e solicita  
28 esclarecimentos sobre a divisão dos leitos hospitalares para os municípios. Ederval esclarece a  
29 forma de pactuação dos município com a DRS. Valdir coloca que a imprensa está fazendo  
30 grande pressão sobre o tema falta de leitos. Informa que a pandemia reprimiu mais de 1  
31 milhão de procedimentos. Informa que o financiamento hoje é menor, que os recursos  
32 diminuíram e que abrir mais leitos não resolverá problema. Fala também sobre o piso da  
33 enfermagem que foi aprovado no senado e que irá onerar os hospitais. Fernando coloca que a  
34 mesa do conselho traz possibilidade de todos os segmentos colocarem a sua visão, porém, o  
35 papel do CMS é garantir que o usuário tenha acesso ao sistema, oque não está ocorrendo.  
36 Ederval fala que um conselho regional de conselhos de saúde seria a solução para minimizar a  
37 “invasão”. José Robson parabeniza a todos pelos esforços, concorda que não é a solução,  
38 acredita que deve se olhar mais para a atenção primária. Acredita que Rio Preto deveria ter um

39 financiamento diferenciado por ser uma região metropolitana. José Elias acredita que o  
40 problema está na cultura da população em procurar a UPA e não as UBS, sugere campanha de  
41 conscientização. II Custo para manutenção do CMS no ano de 2021, Antonio Fernando Araujo  
42 informa sobre os recursos utilizados no ano de 2021, informa que foi utilizado cerca de 60% do  
43 orçamento destinado. Documento disponível no Conselho Municipal de Saúde. **INFORME II.**  
44 Emenda Parlamentar 40360012 Proposta 36000.4402142/02-200, de Custeio Atenção Básica,  
45 no valor de R\$317.227,00, destinada a Secretaria Municipal de Saúde - Aldenis A. Borim;  
46 **INFORME III.** Emenda Parlamentar 90320010 Proposta 36000.4402142/02-200, de Custeio  
47 Atenção Básica, no valor de R\$150.000,00, destinada a Secretaria Municipal de Saúde - Aldenis  
48 A. Borim; **INFORME IV.** Emenda Parlamentar 90600003 Proposta 36000.4402972/02-200, de  
49 Custeio MAC, no valor de R\$300.000,00, destinada a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de  
50 SJRP - Aldenis A. Borim; **INFORME V.** Emenda Parlamentar 36110005 Proposta  
51 36000.4402972/02-200, de Custeio MAC, no valor de R\$640.504,00, destinada a Irmandade  
52 Santa Casa de Misericórdia de SJRP - Aldenis A. Borim; **INFORME VI.** Emenda Parlamentar  
53 38990009 Proposta 36000.4402972/02-200, de Custeio MAC, no valor de R\$500.000,00,  
54 destinada ao Hospital Adolfo Bezerra de Menezes - Aldenis A. Borim; **INFORME VII.** Emenda  
55 Parlamentar 38990009 Proposta 36000.4403062/02-200, de Custeio MAC, no valor de  
56 R\$150.908,00, destinado a Instituição Renascer - Aldenis A. Borim; **INFORME VIII.** Emenda  
57 Parlamentar 38990009 Proposta 36000.4403122/02-200, de Custeio MAC, no valor de  
58 R\$200.000,00, destinado a APAE - Aldenis A. Borim; **INFORME IX.** Emenda Parlamentar  
59 41350002 Proposta 36000.4422162/02-200, de Custeio MAC, no valor de R\$120.000,00,  
60 destinado à Secretaria Municipal de Saúde - Aldenis A. Borim. Pela SMS falou Jonathan Santos  
61 Galvão por todos os informes. **PRIMEIRO PONTO DE PAUTA – I.** Discussão sobre a Lei  
62 Complementar nº. 191/22 – que altera a LC 173/20 e o Programa Federativo de  
63 Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) – relativo ao reconhecimento no  
64 Município de direitos aos servidores públicos da área de saúde – André Luiz V. Vieira.  
65 **ASSUNTO DA PAUTA:** Falou André L V Vieira que informa que esse é um pleito dos  
66 trabalhadores e do sindicato dos servidores públicos municipais, explica que devido a  
67 Pandemia pela COVID – 19 os municípios tiveram que congelar os direitos e vantagens dos  
68 trabalhadores servidores públicos como quinquênios e referencias, por exemplo, com base na  
69 lei 173/20, porém, a lei complementar 191/22 trouxe a possibilidade de reintegrar esses  
70 direitos aos profissionais da segurança e da saúde, contudo, o sindicato oficiou a Câmara de  
71 vereadores e o gabinete do prefeito por duas vezes, porém, ainda não se manifestaram.  
72 Sugere moção, ofício ou solicitação do CMS que seja enviada a Câmara e ao prefeito para que  
73 esses benefícios retornem por meio de decreto ou por projeto de lei. Mara Cristina pede  
74 esclarecimentos sobre quais são os benefícios que serão acrescentados. André explica que não  
75 serão acrescentados e sim reintegrados. Ederval explica que isso se estenderia a todos os  
76 trabalhadores incluindo áreas administrativa que também trabalharam de forma árdua. José

NF

77 Carlos A Cugnotti coloca que é importante levar em conta os valores que serão destinados ao  
78 pagamento dessas vantagens aos servidores. José Robson acredita que a falta de recursos não  
79 deve inviabilizar os direitos dos servidores. José Elias coloca que esses valores já estavam  
80 previstos no orçamento e que se não houvesse tido a pandemia os valores já teriam sido  
81 pagos. André coloca que a emenda constitucional 95 trouxe o problema do financiamento pois  
82 congelou os recursos. Antonio Fernando Araujo sugere que o CMS se manifeste a favor da  
83 reintegração dos direitos dos trabalhadores por meio de moção. Ederval sugere constar dois  
84 pontos: a implementação da lei e o reconhecimento da integralidade. Colocado em votação,  
85 **aprovado. SEGUNDO PONTO DE PAUTA – II. Discussão sobre a Licença Maternidade ampliada:**  
86 saúde da mulher, saúde mental, primeira infância e alinhamento com práticas recomendadas  
87 internacionalmente – José Robson S. R. de A. Junior. **ASSUNTO DE PAUTA:** Falou José Robson  
88 S. R. de A. Junior, que expos sobre a importância do aleitamento materno, a importância da  
89 sociedade ser amiga da primeira infância e afirma que esta é a principal etapa do  
90 desenvolvimento humano, portanto, seria uma estratégia essencial. Afirma ainda que alguns  
91 estudos afirmam que a produtividade das mulheres aumenta com a licença estendida. Cita  
92 países e empresas que aderiram a licença maternidade ampliada. Sugere moção de apoio a  
93 esta pauta. Ederval sugere que seja discutido como pauta em conferencia de saúde. André  
94 acredita que a pauta contribui para a economia e para a sociedade, sugere que a moção seja  
95 direcionada ao prefeito e à câmara de vereadores. Colocado em votação, **aprovado.**  
96 **TERCEIRO PONTO DE PAUTA - III. Apreciação e votação de prorrogação do Convênio Nº**  
97 **002/2019/SMS com o Hospital Adolfo Bezerra de Menezes pelo período de 06 (seis) meses -**  
98 **Aldenis A. Borim. ASSUNTO DE PAUTA:** Pela SMS falou Ederval José de Souza. Documento  
99 disponível no Conselho Municipal de Saúde. Cuginotti fala que é a favor, mas que a situação do  
100 Hospital Bezerra deve ser olhado “com carinho”, porque a perda deste serviço seria danosa ao  
101 município. Colocado em votação, **aprovado. QUARTO PONTO DE PAUTA - IV. Apreciação e**  
102 **votação para prorrogação do Convênio 05/2017-SMS pactuado com a Irmandade Santa Casa**  
103 **de Misericórdia pelo prazo de 06 (seis) meses - Aldenis A. Borim. ASSUNTO DE PAUTA:** Pela  
104 SMS falou Ederval José de Souza. Valdir fala que as renovações tem acontecido, mas sempre  
105 com os mesmos valões, já há 20 anos. Documento disponível no Conselho Municipal de Saúde.  
106 Colocado em votação, **aprovado. QUINTO PONTO DE PAUTA - V. Apreciação e votação de**  
107 **prorrogação do contrato DIL/0029/2017 com a Fundação Faculdade Regional de Medicina -**  
108 **Funfarme pelo período de 06 (seis) meses - Aldenis A. Borim. ASSUNTO DE PAUTA:** Pela SMS  
109 falou Ederval José de Souza . Documento disponível no Conselho Municipal de Saúde. Foi  
110 colocado em votação, **aprovado. SEXTO PONTO DE PAUTA – VI. Apreciação e votação do**  
111 **Plano de Trabalho para prorrogação por período de 24 (vinte e quatro) meses do Termo de**  
112 **Colaboração nº 01/2020-SMS, celebrado com a ARCD – Associação de Reabilitação da Criança**  
113 **Deficiente – S. José do Rio Preto - Aldenis A. Borim. ASSUNTO DE PAUTA:** Pela Secretária  
114 Municipal de Saúde falou Ederval José de Souza. Documento disponível no Conselho Municipal

115 de Saúde. Colocado em votação, foi **aprovado**. **ENCERRAMENTO:** Foi requerida a dispensa da  
116 leitura da Ata ao qual foi aprovada. **Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a**  
117 **reunião que eu, Bianca Ferraresi, coordenadora de conselhos locais, lavrei a presente Ata**  
118 **que, lida e aprovada, é assinada obrigatoriamente pelos demais conselheiros presentes que**  
119 **já assinaram o livro de presença próprio.**

The page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. At the top right, there are the initials 'NF' and a signature that appears to be 'JSA'. Below these, there are several other signatures, including one that looks like 'P. C.', another that is partially legible as 'André...', and several others that are more abstract scribbles. The signatures are scattered across the lower half of the page.